

**OS
PRIMEIROS-
-MINISTROS
DE
PORTUGAL
1820-2020**

III

COORDENAÇÃO
Fernando de Sousa
Conceição Meireles Pereira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

OS PRIMEIROS-MINISTROS DE PORTUGAL
1820-2020

Nas comemorações dos 200 anos da Revolução Liberal do Porto de 1820



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE MINISTROS



CEPESE

Os Primeiros-Ministros de Portugal

1820–2020

VOLUME III

v. Presidentes do Ministério
na Ditadura Militar e Presidentes do Conselho
de Ministros no Estado Novo (1926-1974)

vi. Primeiros-Ministros
no Portugal Democrático (1974-2020)

Coordenação

Fernando de Sousa
Conceição Meireles Pereira

Organização

Conceição Meireles Pereira

ÍNDICE

Nota de abertura	7
V. Presidentes do Ministério na Ditadura Militar e Presidentes do Conselho de Ministros no Estado Novo (1926-1974)	10
José Mendes Cabeçadas Júnior (31.5.1926-17.6.1926)	14
Manuel de Oliveira Gomes da Costa (17.6.1926-9.7.1926)	50
António Óscar de Fragoso Carmona (9.7.1926-18.4.1928)	74
José Vicente de Freitas (18.4.1928-8.7.1929)	106
Artur Ivens Ferraz (9.7.1929-21.1.1930)	134
Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira (21.1.1930-5.7.1932)	158
António de Oliveira Salazar (5.7.1932-27.9.1968)	200
Marcelo José das Neves Alves Caetano (27.9.1968-25.4.1974)	288
VI. Primeiros-Ministros no Portugal Democrático (1974-2015)	368
Adelino Hermitério da Palma Carlos (16.5.1974-18.7.1974)	372
Vasco dos Santos Gonçalves (19.7.1974-19.9.1975)	412
José Baptista Pinheiro de Azevedo (19.9.1975-23.7.1976)	454
Mário Alberto Nobre Lopes Soares (23.7.1976-29.8.1978)	494
Alfredo Jorge Nobre da Costa (29.8.1978-22.11.1978)	542
Carlos Alberto da Mota Pinto (22.11.1978-1.8.1979)	564
Maria de Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo (1.8.1979-3.1.1980)	596
Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro (3.1.1980-4.12.1980)	618
Francisco José Pereira Pinto Balsemão (9.1.1981-9.6.1983)	652
Mário Alberto Nobre Lopes Soares (9.6.1983-6.11.1985)	700
Aníbal António Cavaco Silva (6.11.1985-28.10.1995)	734
António Manuel de Oliveira Guterres (28.10.1995-6.4.2002)	784
José Manuel Durão Barroso (6.4.2002-17.7.2004)	830
Pedro Miguel de Santana Lopes (17.7.2004-12.3.2005)	858
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa (12.3.2005-21.6.2011)	890
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (21.6.2011-26.11.2015)	936
António Luís Santos da Costa (26.11.2015-em exercício)	988
Fontes e Bibliografia	1057
Plano Geral	1092

Nota de abertura

O presente volume aborda os Primeiros-Ministros de dois períodos históricos recentes, mas politicamente opostos, do Portugal Contemporâneo, a Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974) e a Democracia instituída com a Revolução de 25 de Abril de 1974. Trata-se do terceiro e último volume de uma obra mais vasta, intitulada *Os Primeiros-Ministros de Portugal (1820-2020)*, que procura dar a conhecer as personalidades que chefiaram o poder executivo em Portugal. O ano de 1834 marca, *de facto*, o momento em que, pela primeira vez no nosso País, o Governo passou a ter um Presidente — na ocasião, Pedro de Sousa Holstein, marquês de Palmela — responsável pela escolha dos restantes ministros, «pelo método seguido nos outros países constitucionais, isto é, propostos todos pelo Presidente do Conselho», o qual, em consequência, se tornava «solidário e responsável pelos atos do poder executivo», como o próprio Palmela refere nas suas *Memórias*.

Assim, embora o cargo só viesse a ser oficialmente criado pela Carta de Lei de 23 de junho de 1855, a verdade é que, a partir de 1834, o Presidente do Conselho de Ministros começa a garantir as relações com o Parlamento e o Chefe de Estado, indica ou sugere os restantes membros do Governo entre personalidades da sua confiança e é o principal responsável pela política geral do Governo, nomeadamente nos debates parlamentares, razão pela qual decidimos iniciar o estudo biográfico dos Primeiros-Ministros de Portugal em 1834, fazendo-se todavia um apontamento sobre as personalidades que, entre a Revolução Liberal de 1820 e a instauração definitiva do Liberalismo em 1834, desempenharam funções de certo modo equivalentes ou comparáveis ao futuro cargo de Chefe do Governo.

O primeiro volume da coleção inclui um estudo introdutório onde se abordam aspetos como a lenta afirmação do cargo de Primeiro-Ministro em Portugal, a instituição *de facto* do cargo de Chefe de Governo em 1834 e a sua consagração jurídica com a referida Lei de 23 de junho de 1855; o Primeiro-Ministro enquanto órgão constitucional, nas sucessivas experiências constitucionais que Portugal conheceu desde a Constituição de 1822 até ao presente; e uma análise dos aspetos fundamentais relacionados com a identidade e percurso cívico e político dos sucessivos Chefes de Governo, como a sua origem geográfica, formação académica, profissão, idade à data de início de funções e carreira política. Este volume inclui ainda as já mencionadas notas biográficas sobre os «Chefes de Governo» desde a Revolução Liberal do Porto à instauração definitiva do Liberalismo (1820-1834) e as biografias dos Presidentes do Conselho de Ministros durante a Monarquia Constitucional (1834-1910).

O segundo volume dedica-se exclusivamente aos Presidentes do Ministério na Primeira República (1910-1926), um período que, sob o ponto de vista da chefia do poder executivo, como sob o ponto de vista social, económico e político em geral, foi especialmente conturbado.

O terceiro e último volume desta obra, que agora se apresenta, debruça-se, como referido, sobre os Presidentes do Ministério na Ditadura Militar e Presidentes do Conselho de Ministros no Estado Novo (1926-1974) e sobre os Primeiros-Ministros no período democrático que se seguiu à Revolução de 25 de Abril de 1974, até 2020.

Quanto à seleção das personalidades que constam deste estudo, ou seja, dos indivíduos que efetivamente foram Chefes de Governo, e uma vez que tal matéria nem sempre reúne consenso, estabeleceu-se um conjunto de critérios para sustentar a sua inclusão ou exclusão, a saber, no que a este volume diz respeito:

— considerar todos os Primeiros-Ministros que foram nomeados e tomaram efetiva posse do cargo, independentemente da maior ou menor duração do mandato;

— considerar os indivíduos que chefiaram Governos Provisórios, como Palma Carlos, Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo, imediatamente a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974;

— considerar os políticos que, não tendo sido nomeados ou eleitos na forma prevista na lei, exerceram efetivamente as funções de Chefe de Governo, na sequência de golpes de Estado, revoluções e contrarrevoluções, de que encontramos sucessivos exemplos na sequência da Revolução de 28 de Maio de 1926;

— não considerar os indivíduos que exerceram interinamente o cargo, em virtude das mais diversas circunstâncias, muito frequentemente por um breve período de tempo, como aconteceu com Luís Maria Lopes, em finais de 1929, e com Vasco Almeida e Costa, na década de 1970, que presidiram Executivos por ausência temporária dos titulares efetivos, respetivamente, Ivens Ferraz e Pinheiro de Azevedo; e mais recentemente, em 1980, com Diogo Freitas do Amaral, a quem coube assumir o cargo, de forma interina, após o acidente que vitimou Francisco Sá Carneiro;

— não considerar as personalidades que, na sequência de golpes de Estado ou revoluções, presidiram a Juntas Governativas, assegurando a chefia do País a título transitório, cujo caso mais paradigmático é o de António de Spínola, que presidiu à Junta de Salvação Nacional formada no próprio dia da Revolução de 25 de Abril de 1974, mantendo-se em funções até meados do mês seguinte.

A delimitação temporal dos mandatos dos Chefes de Governo constitui, de igual forma, matéria controversa, pelo que também este aspeto não dispensou a definição de critérios sustentados pela razoabilidade e coerência com os anteriormente estabelecidos. Durante o período abordado neste volume, os mandatos foram contados a partir da data de tomada de posse que, embora ocasionalmente seja difícil de determinar, pode coincidir ou não com a data da nomeação, pois vezes houve em que esta se deu em data anterior, embora frequentemente apenas um dia ou dois antes. Quanto ao fim do mandato, ele é determinado pelo término de funções como Chefe de Governo, não obstante poder ter ocorrido previamente a sua exoneração ou demissão, continuando

v.

Presidentes do Ministério na Ditadura Militar e Presidentes do Conselho de Ministros no Estado Novo (1926-1974)

Ao derrube da Primeira República em Portugal pela Revolta de 28 de Maio de 1926 seguiu-se a Ditadura Militar, que colocou na governação do País altas figuras da hierarquia castrense, mesmo quando o regime se passou a denominar Ditadura Nacional, após a eleição por sufrágio universal do Presidente da República Óscar Carmona, a 25 de março de 1928.

Período de transição e, conseqüentemente, de instabilidade política, ocuparam a Presidência do Ministério, entre maio de 1926 e julho de 1932, seis oficiais de elevada patente, maioritariamente do Exército, já que apenas o primeiro, Mendes Cabeçadas Júnior, pertencia à Armada.

António de Oliveira Salazar foi a primeira personalidade civil a chefiar o Executivo, por sinal o último da Ditadura Nacional, tornando-se, logo em seguida, Presidente do Conselho de Ministros no Estado Novo — que alcançou «legitimidade nacional» com a Constituição de 1933 —, num exercício da função primoministerial de duração sem precedentes na história do País, ultrapassando três décadas e meia. Pela sua natureza autoritária, ditatorial e repressiva, o regime estado-novista, que todavia não prescindiu da realização de eleições, caracterizou-se pela manutenção do seu chefe no poder, só substituído por incapacidade física em setembro de 1968, facto que levou Marcelo Caetano, também ele académico de Direito, a tornar-se o segundo e derradeiro Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, derrubado na Revolução de 25 de Abril de 1974.

Num contraste notório com os dois regimes histórico-políticos anteriores, em que o comando do poder executivo passou por um número elevado de personalidades, no decurso destes longos 48 anos (o triplo do tempo de duração da Primeira República) apenas oito personalidades exerceram essa função.

José Mendes Cabeçadas Júnior



Presidente do Ministério

31.5.1926-17.6.1926

(Loulé, 19.8.1883-Lisboa, 11.6.1965)

José Mendes Cabeçadas Júnior

Oficial da Marinha.

Deputado à Assembleia Nacional Constituinte (15.6.1911-25.8.1911). Deputado (26.8.1911-12.2.1914; 2.11.1915-6.12.1917; 31.7.1921-6.11.1921). Governador civil de Faro (13.12.1917-21.3.1918; 18.2.1919-8.7.1919; 20.11.1923-17.12.1923). Ministro interino do Interior (31.5.1926-1.6.1926). Ministro do Interior (1.6.1926-17.6.1926). Ministro interino da Justiça e Cultos (31.5.1926-1.6.1926). Ministro da Justiça e Cultos (1.6.1926-3.6.1926). Ministro interino das Finanças (31.5.1926-1.6.1926). Ministro das Finanças (1.6.1926-3.6.1926). Ministro interino da Guerra (31.5.1926-1.6.1926). Ministro da Marinha (31.5.1926-3.6.1926). Ministro interino dos Negócios Estrangeiros (31.5.1926-1.6.1926). Ministro interino do Comércio e Comunicações (31.5.1926-1.6.1926). Ministro do Comércio e Comunicação (1.6.1926-3.6.1926). Ministro interino das Colónias (31.5.1926-1.6.1926). Ministro interino da Instrução Pública (31.5.1926-1.6.1926). Ministro interino da Agricultura (31.5.1926-5.6.1926). Presidente do Ministério (31.5.1926-17.6.1926). Chefe do Estado (31.5.1926-17.6.1926).

Natural da freguesia de S. Clemente, concelho de Loulé.

Filho de José Mendes Cabeçadas, industrial, e de Maria da Graça Guerreiro. Casou com Maria das Dores Formosinho Vieira (23.3.1911) de quem teve quatro filhas: Maria Vieira Cabeçadas, Maria Dolores Vieira Cabeçadas, Maria da Graça Vieira Cabeçadas e Raquel Vieira Cabeçadas.

Medalha Militar de Prata da Classe de Comportamento Exemplar (1918). Comendador da Ordem Militar de Avis (11.3.1919). Oficial da Torre e Espada Valor Lealdade e Mérito (29.5.1926). Medalha de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar (28.7.1939).

ALUNO DO ENSINO PRIMÁRIO EM LOULÉ, José Mendes Cabeçadas continuou os seus estudos nos Liceus de Faro e Évora.

Alistado no Exército — soldado cadete no Regimento de Cavalaria n.º 2, Lanceiros d'El-Rei (10.12.1902) —, a 28 de outubro do ano seguinte é transferido para o serviço da Armada, tendo ingressado na Escola Naval. Realiza viagens de instrução na corveta *Duque da Terceira*, no cruzador *São Rafael* e na canhoneira *Diu* e tirocínios na Escola Prática de Torpedos e Eletricidade e na Escola de Artilharia Naval. Promovido a guarda-marinha a 15 de abril de 1908, realiza a sua primeira comissão militar na Divisão Naval do Índico, a bordo da *Diu*, com finalidades hidrográficas e sob o comando do primeiro-tenente César Batalha (28.4.1908-15.12.1909) (Bastos, 1966: 291). A 13 de setembro de 1909 recebe louvores do Comando da Divisão Naval do Índico (Ordem n.º 82, de 11.8.1906) e do major-general da Armada (Ordem da Majoria n.º 245, de 13.11.1909), pelos serviços prestados a bordo da canhoneira *Diu*. Tendo realizado exame para segundo-tenente a bordo do cruzador *São Rafael* (8.8.1910), integra já nesse posto, ao qual foi promovido a 6.9.1910, as guarnições do cruzador *D. Carlos I*, da fragata *D. Fernando II e Glória* e do cruzador *Adamastor*.

António Luís Santos da Costa



Primeiro-Ministro
26.11.2015-em exercício
(Lisboa, 17.7.1961)

António Costa.

Advogado.

Licenciado em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1985). Pós-graduado em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lisboa (1987).

Natural da antiga freguesia de São Sebastião da Pedreira, atual freguesia de Avenidas Novas, Lisboa.

Filho de Orlando da Costa, publicitário e escritor, e de Maria Antónia Palla, jornalista.

Casou com Fernanda Maria Gonçalves Tadeu (31.7.1987). Tem dois filhos, Pedro e Catarina.

Deputado à Assembleia Municipal de Lisboa (1982-1993). Deputado à Assembleia da República (4.11.1991-26.10.1995; 27.10.1995-30.10.1995; 6.4.2002-9.7.2004; 23.10.2015-26.11.2015). Vereador da Câmara Municipal de Loures (1993-1995). Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (30.10.1995-25.11.1997). Ministro dos Assuntos Parlamentares (27.11.1997-25.10.1999). Ministro da Justiça (25.10.1999-6.4.2002). Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (abril 2002-março 2004). Deputado ao Parlamento Europeu (20.7.2004-11.3.2005). Vice-presidente do Parlamento Europeu (20.7.2004-11.3.2005). Ministro de Estado e da Administração Interna (12.3.2005-17.5.2007). Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1.8.2007-6.4.2015). Presidente do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa (4.11.2013- 6.4.2015). Primeiro-Ministro (desde 26.11.2015).

Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal (1.3.2006). Grã-Cruz da Ordem do Mérito Real, Noruega (25.9.2009). Cruz de 3.^a Classe da Ordem da Terra Mariana, Estónia (16.7.2010). Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Lituânia (16.7.2010). Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Chile (31.8.2010). Grã-Cruz da Ordem de São Gregório Magno, Vaticano (3.9.2010). Grã-Cruz da Ordem *Pro Merito Melitensi* da Ordem Soberana e Militar de Malta (23.11.2010). Comendador com Estrela da Ordem da Polónia Restituta, Polónia (18.7.2012). Comendador da Ordem de Rio Branco, Brasil (19.5.2014). Grã-Cruz da Ordem do Tesouro Sagrado, Japão (16.2.2015). Grande-Oficial da Ordem do Mérito, Polónia (16.2.2015). Grã-Cruz da Ordem de Carlos III, Espanha (25.11.2016). Grã-Cruz da Ordem de Honra, Grécia (21.4.2017). Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Luxemburgo (25.6.2019).

NASCIDO NA CAPITAL PORTUGUESA, na freguesia de São Sebastião da Pedreira — extinta na reorganização administrativa de 2013, passando a integrar a freguesia das Avenidas Novas —, na antiga Clínica de São Lucas, na Avenida António Augusto Aguiar, António Costa é filho de Maria Antónia Palla, figura de referência do jornalismo em Portugal e importante ativista da causa feminista, e de Orlando da Costa, publicitário e escritor, natural de Lourenço Marques (atual Maputo), mas criado em Goa, de onde a sua família era originária. Por essa razão, António Costa, tratado como *Babush* (menino) pelo pai, depois de uma primeira viagem em 1978, fazia questão de regressar

VOLUME III

Nota de abertura

V. Presidentes do Ministério na Ditadura Militar e Presidentes do Conselho de Ministros no Estado Novo (1926-1974)

José Mendes Cabeçadas Júnior (31.5.1926-17.6.1926)
 Manuel de Oliveira Gomes da Costa (17.6.1926-9.7.1926)
 António Óscar de Fragoso Carmona (9.7.1926-18.4.1928)
 José Vicente de Freitas (18.4.1928-8.7.1929)
 Artur Ivens Ferraz (9.7.1929-21.1.1930)
 Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira (21.1.1930-5.7.1932)
 António de Oliveira Salazar (5.7.1932-27.9.1968)
 Marcelo José das Neves Alves Caetano (27.9.1968-25.4.1974)

VI. Primeiros-Ministros no Portugal Democrático (1974-2015)

Adelino Hermitério da Palma Carlos (16.5.1974-18.7.1974)
 Vasco dos Santos Gonçalves (19.7.1974-19.9.1975)
 José Baptista Pinheiro de Azevedo (19.9.1975-23.7.1976)
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares (23.7.1976-29.8.1978)
 Alfredo Jorge Nobre da Costa (29.8.1978-22.11.1978)
 Carlos Alberto da Mota Pinto (22.11.1978-1.8.1979)
 Maria de Lourdes Ruivo da Silva de Matos Pintasilgo (1.8.1979-3.1.1980)
 Francisco Manuel Lumbrales de Sá Carneiro (3.1.1980-4.12.1980)
 Francisco José Pereira Pinto Balsemão (9.1.1981-9.6.1983)
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares (9.6.1983-6.11.1985)
 Aníbal António Cavaco Silva (6.11.1985-28.10.1995)
 António Manuel de Oliveira Guterres (28.10.1995-6.4.2002)
 José Manuel Durão Barroso (6.4.2002-17.7.2004)
 Pedro Miguel de Santana Lopes (17.7.2004-12.3.2005)
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa (12.3.2005-21.6.2011)
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho (21.6.2011-26.11.2015)
 António Luís Santos da Costa (26.11.2015-em exercício)

Fontes e Bibliografia

Plano Geral

Imprensa Nacional é a marca editorial da **INCM**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. de António José de Almeida, 1000-042 Lisboa
www.incm.pt
www.imprensanacional.pt
www.facebook.com/ImprensaNacional
editorial.apoiocliente@incm.pt

© CEPESE, PCM e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TÍTULO: Os Primeiros-Ministros de Portugal (1820–2020)

Vol. III (de III)

COORDENAÇÃO: Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

ORGANIZAÇÃO: Conceição Meireles Pereira

AUTORES: David Castaño, Diogo Agostinho, Diogo Ferreira, Edmundo Alves, Fernando de Sousa, Filipe Ribeiro de Meneses, Filipe S. Fernandes, Henrique Monteiro, João César das Neves, João Pedro George, José Miguel Sardica, José Pedro Zúquete, Luís Bigotte Chorão, Luís Farinha, Maria Inácia Rezola, Maria Rosa Sampaio, Manuel Baiôa, Nuno Severiano Teixeira, Pedro Emanuel Mendes, Vasco Ribeiro, Ricardo Miguel Gomes, Ricardo Rocha

EDIÇÃO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e CEPESE

REVISÃO CIENTÍFICA: CEPESE

REVISÃO DE TEXTO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

DESIGN: FBA./Rita Marquito

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PAPÉIS: Saville Row Pinstripe, Tintoretto, Sirio Color, Arena Smooth, da Fedrigoni

TIPOS DE LETRA: Grotzec (© Mário Feliciano); Freight Text

e Freight Sans (© Joshua Darden para Phil's Fonts)

1.^a EDIÇÃO: agosto de 2021

ISBN (obra completa): 978-972-27-2908-6

ISBN (vol. III): 978-972-27-2486-9

DEPÓSITO LEGAL: 410627/16

EDIÇÃO N.º: 1021194

ISBN: 978-972-27-2908-6



9 789722 729086

O CEPES — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade é uma instituição de utilidade pública consagrada à investigação científica, de vocação interuniversitária, fundada pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida. No âmbito do seu objeto e fins, está constituída no CEPES, desde 1996, uma Unidade de Investigação na área da História e de outras Ciências Sociais e Humanas, com a mesma designação, que agrega mais de uma centena de investigadores doutorados, e cuja atividade se rege pelas normas estabelecidas pela FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A sua investigação desenvolve-se na área da História e de outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas que contribuam para o estudo, análise e compreensão da sociedade, entendida num sentido lato, da sua evolução histórica, caracterização ao presente e desafios futuros. Para tal, apoia a realização de estudos e projetos de investigação, propiciando o debate dos resultados em seminários e outros encontros científicos e promovendo a sua publicação em livros, na sua revista *População e Sociedade*, de periodicidade semestral, nas coleções temáticas que edita e em revistas científicas nacionais e estrangeiras, bem como através das suas plataformas digitais. O CEPES dispõe de instalações próprias em edifício autónomo da Universidade do Porto, que inclui uma biblioteca especializada, e conta com a colaboração de um secretariado permanente multidisciplinar para apoio aos seus associados e investigadores.



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



COMPETE
2020



A importância do Chefe do Governo enquanto ator político determinante da História do Portugal Contemporâneo e, ao mesmo tempo, objeto dessa mesma História, é inquestionável. Faltava, porém, um estudo global que, tratando este tema de forma rigorosa e com a necessária profundidade, fosse simultaneamente sintético e acessível a todos os leitores. Com esse objetivo, o CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade desenvolveu o presente trabalho, que dá a conhecer as biografias das personalidades que exerceram o cargo de Primeiro-Ministro desde o triunfo definitivo do Liberalismo à atualidade, precedidas de uma detalhada análise quanto à criação e evolução do cargo e ao perfil conjunto daqueles que o exerceram ao longo dos últimos duzentos anos.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE MINISTROS



CEPESE